

DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: INTENÇÃO OU OPÇÃO

Eixo: Práticas para Ensino Médio - Formação de Professores

DAVID, Mônica Cristiane David¹
SILVA, Janice Mendes da²
RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro³

O conceito de proteção à natureza vem crescendo com o passar dos anos, no entanto, considera-se que ainda é necessário evoluir nesse sentido.

A responsabilidade social inclui não só a atitude do cidadão, mas também, de empresas que trabalham com produtos poluentes. Nesse sentido, as práticas educativas devem necessariamente contemplar as relações natureza e sociedade, promovendo reflexão a respeito da educação ambiental.

A fim de favorecer a discussão da temática, apresenta-se a proposta de trabalho a seguir:

1 JUSTIFICATIVA

A degradação do meio ambiente é um problema decorrente dos usos e abusos do ser humano em relação ao que é capaz de produzir. Nesse sentido, se considera primordial que a Educação Ambiental esteja presente no âmbito escolar, uma vez que busca conscientização e por meio desta, mudança comportamental.

Nesse sentido, cabe uma reflexão acerca das práticas sociais, a qual segundo Jacobi (2003, p. 190) “Envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental”.

Destarte, o autor faz o seguinte questionamento:

Como se relaciona educação ambiental com a cidadania? Cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de

¹ Mestre em Educação, Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico e em EaD, Professora de Graduação e Pós-Graduação das Faculdades OPET, FAEL e SION, Supervisora de Estágio na Faculdade Opét.

² Mestre em Educação, Especialista em Modalidades de Intervenção no Processo de Aprendizagem, Coordenadora de Estágio, Coordenadora Pedagógica no Instituto Base de Conteúdos e Tecnologias Educacionais IbacBrasil, Pesquisadora no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da UFPR.

³ Mestre em Desenvolvimento de Tecnologias, Especialista em EaD, Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade OPET e professora da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária. (JACOBI, 2003, p.198)

A presente proposta busca essa conscientização por meio de reflexões acerca da degradação do meio ambiente, da educação ambiental e de todas as partes envolvidas neste processo, uma vez que o comportamento atual dos indivíduos e empresas em relação a discussão implicará no que as gerações futuras receberão como herança ambiental.

2 OBJETIVO GERAL

Compreender as consequências da degradação ambiental relacionadas aos vazamentos de petróleo.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as empresas mais poluentes ao meio ambiente.
- Conhecer e analisar a história da Petrobrás.
- Reconhecer seu papel enquanto cidadão.
- Promover reflexão a respeito da educação ambiental por meio de interpretação de uma audiência.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para dar início à abordagem da temática, o professor fará algumas perguntas aos alunos relacionadas ao conhecimento dos mesmos em relação aos tipos de poluições que existem no Brasil. Após a coleta desses dados, o professor enfatizará o vazamento de óleo, mencionando os aspectos negativos em relação ao meio ambiente, as pessoas, entre outros, para que compreendam as consequências que a poluição pode causar ao meio ambiente.

Depois dividirá a turma em dois grupos, onde cada grupo fará um cartaz com o nome das empresas que mais poluem o meio ambiente. Após finalizada esta etapa, cada grupo explicitará o nome das empresas que destacou no cartaz.

O professor subsidiará tais respostas, por meio de exposição visual de empresas que poluem e degradam o meio ambiente. Em seguida passará aos alunos um trecho do jornal: *Ache Tudo e Região* (2015): “Petrobras a empresa que mais polui, anuncia o 3º vazamento em apenas (1) mês Confirmado nesta sexta-feira o terceiro vazamento de óleo em menos de um mês no litoral brasileiro. Desta vez,

cerca de 70 litros de água oleosa vazaram da plataforma Cidade de Santos, no Campo de Uruguá, na Bacia de Santos (SP), no último sábado”.

Após a leitura dos alunos do trecho do jornal, o professor explicará sobre a Petrobras, como surgiu, o que ela fabrica, entre outras curiosidades sobre ela, para que os alunos analisem sua trajetória.

Após essa etapa, será realizada uma dinâmica onde os alunos formarão uma suposta audiência. O processo abordado deverá considerar o vazamento da Petrobrás no mar, seus malefícios etc. O professor escolherá os alunos para serem: o suposto dono da Petrobrás, o advogado de defesa, o promotor da justiça, o juiz e o resto dos alunos serão o “júri popular”. Então explicará o papel de cada um segundo o anexo I, para que eles possam interpretar a audiência, considerando a lei e o artigo que compõem esse julgamento anexo II.

O professor explicará como ocorre uma audiência, quais os papéis do juiz, das testemunhas e das partes e então recorrerá a cada uma das partes dando início a audiência. Deverá mediar o processo, lembrando que o desfecho será dado considerando o entendimento dos alunos em relação as partes envolvidas.

5 RECURSOS UTILIZADOS

Cartaz, canetão, fórum e todos os elementos que o compõem.

6 AVALIAÇÃO

Observar o envolvimento e participação dos alunos durante a aula e por meio da proposta da dinâmica da audiência, identificar a compreensão dos mesmos em relação à temática abordada.

7 REFERÊNCIAS

BERTOLI, Ana Lúcia and RIBEIRO, Maísa de Souza. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás. **A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos.** Rev. adm. contemp. [online]. 2006, vol.10, n.2, pp. 117-136. ISSN 1982-7849. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552006000200007>.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003

Ache Tudo e Região. Revisado em: 07 julho, 2015. Disponível em: <https://www.achetudoeregiao.com.br/index.htm>

ANEXO I

O advogado deve primeiramente, orientar seus clientes, se possível, antes da realização da audiência, de como deve ser seu comportamento perante o juiz. Deve a parte trajar-se de forma condigna, ou seja, os homens de calça, sapato e camisas de manga e, as mulheres devem evitar decotes e saias curtas sob pena de nem mesmo conseguir adentrar na Corte.

Ao depor deve a parte dizer a verdade dos fatos sob a sua ética, de forma clara e precisa sem a utilização de gírias ou palavrões que venham a denegrir a imagem da parte adversa até mesmo para evitar a litigância de má-fé prevista no artigo 17 do Código de Processo Civil devendo o advogado e o juiz buscar no depoimento da parte a confissão que seja de seu interesse para o deslinde da causa.

Aconselhe a seu cliente que evite qualquer expressão de sentimento, revanchismo ou expresse sentimentos que não condizem com a causa em questão. Além disso, atente para que o cliente responda apenas o que o juiz perguntar sem rodeios e alerte o mesmo de que não poderá pedir o auxílio do advogado para responder as perguntas que lhe são dirigidas.

As testemunhas deverão ser advertidas pelo advogado e posteriormente pelo juiz de que deverão falar a verdade sob pena até mesmo de prisão pelo crime de falso testemunho. Vale ressaltar que as testemunhas não devem expressar opiniões sobre os acontecimentos devendo restringir-se a relatar os fatos por ela presenciados ou sentidos.

As testemunhas deverão ter em mente que estão prestando um auxílio à justiça e não a parte que as arrolou. Seu depoimento é uma espécie de prova viva dos fatos relevantes ao deslinde da causa por isso que o juiz antes do começo de seu depoimento pergunta-lhe se tem interesse na causa, se é amigo ou inimigo de uma das partes ou se tem algum grau de parentesco com os litigantes. Se um desses questionamentos for confirmado pela testemunha à mesma será automaticamente dispensada ou terá seu depoimento apenas considerado como elemento informativo.

Ao juiz aconselhamos maior urbanidade e paciência com aqueles que procuram a justiça já que a grande maioria tem origem humilde ou não possui qualquer familiaridade com o rito a ser seguido em audiência, pois em sua grande maioria nunca sequer esteve diante de um juiz prestando depoimento.

Aos advogados observo certa confusão na defesa dos interesses de seus clientes. Veja bem caro colega. Quando estiver defendendo seu cliente em audiência seja cortês, cumprimente a parte adversa, não assimile as emoções vividas pelo seu cliente, pois você deve se comportar como uma espécie de instrumento de acesso à justiça para que o litigante tenha assegurado um deslinde eficaz de sua demanda ou pelo menos uma defesa digna que respeite o amplo contraditório.

Evite caro colega exageros e palavras grosseiras, tanto nas peças apresentadas como em suas perguntas e exposições. Seja técnico e se atenha a

causa e aos fins para que fosse constituído evitando o uso de caminhos que dificilmente levarão a conquista de seu objetivo bem como a efetiva e válida prestação de seus nobres serviços.

Consideramos a necessidade de exposição destas simples recomendações acima delineadas em virtude de nos deparamos frequentemente com essas situações que devem ser observadas por quem exerce a atividade jurídica para que tenhamos um melhor desenvolvimento em audiência e consigamos realizar os fins almejados por uma audiência.

Em nossa visão a urbanidade, simplicidade e espírito de cooperação devem nortear a atividade do juiz, do advogado e do promotor na realização de uma audiência deixando de lado as diferenças inerentes de cada profissão e buscando através do entendimento conjunto os melhores caminhos para assegurar que os litigantes tenham um julgamento justo e conseqüentemente a

Impressão de que, mesmo que venha perder a causa, tenha tido o direito de um acesso digno a Justiça.

PAIVA, Mário Antônio Lobato. **O COMPORTAMENTO DAS PARTES EM SALA DE AUDIÊNCIA.** Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2005/mlobatopaiva/ocomportamento.htm>

ANEXO II

Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998:

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - Tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - Dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - Ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.